

ORDEM INTERNACIONAL E POLÍTICA DE DEFESA

Palestra do Ministro da Defesa, Celso Amorim, no Curso Internacional de Estudos Estratégicos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 2014

Parabenizo a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército por sediar este importante seminário e dou as boas vindas a todos os representantes estrangeiros que nos distinguem com sua presença.

Eventos como este são uma valiosa ocasião de conhecimento mútuo, troca de experiências e aproximação de pontos de vista.

Vivemos em um mundo em transição.

Assistimos a uma progressiva redistribuição do poder mundial, que dá novo alcance à ação dos países em desenvolvimento.

Com o fim da Guerra Fria, tivemos por um brevíssimo momento, em termos históricos, a ilusão de que a bipolaridade seria substituída por uma unipolaridade, a um tempo benigna e estável.

Alguns chegaram a falar em “fim da História”.

Essa visão já não se sustenta.

Os contornos da transição ainda não são nítidos, contudo.

Não há consenso entre os observadores acerca da futura configuração do poder global.

Não é possível prever se essa configuração se organizará ao redor de dois centros, em uma nova bipolaridade, ou de três ou mais polos, em um sistema multipolar.

Tem havido na “superpotência remanescente” (para usar um jargão em voga na última década do século XX) amplo debate sobre as teses ditas “declinistas”.

No entanto, qualquer conclusão no sentido de que os Estados Unidos encontram-se na iminência de perder seu status é, no mínimo, apressada.

É bastante difundido o reconhecimento da emergência de novos atores no cenário global, que um comentarista criativo chamou de “ascensão do resto” (“*the rise of the rest*” – Fareed Zakaria).

Especialistas influentes têm indagado se a atual transição do poder mundial não colocaria em risco a ordem global.

De acordo com um dos proponentes desse ponto de vista (o professor Walter Russell Mead), o fim da Guerra Fria representou o triunfo da democracia capitalista, mas foi confundido por muitos analistas com a obsolescência da geopolítica.

Segundo a tese do “fim da História”, o fracasso da alternativa socialista tornava a democracia liberal a forma definitiva da evolução ideológica da humanidade.

Para Mead, o mundo dessa segunda década do século XXI não comportaria mais disputas a respeito da democracia ou do capitalismo, mas, ao contrário dos teóricos que preconizavam o “fim da História”, ainda se caracterizaria pela competição estratégica entre as grandes potências.

Haveria, segundo o autor, um pequeno grupo de países, que seriam “potências revisionistas”, decididas a alterar as regras do jogo pactuadas, por acordo tácito, após a queda do Muro de Berlim.

Em paralelo, estaria em curso certa retração estratégica da superpotência, que se estaria desengajando de alguns teatros geopolíticos, como o do Oriente Médio.

A atitude cautelosa seria ditada, em parte, pela crença de que o fim da disputa ideológica Leste-Oeste corresponderia ao fim da disputa geopolítica.

A ilusão de um mundo isento de conflitos traria consigo riscos à “ordem” construída após o desaparecimento da União Soviética.

Uma alta autoridade norte-americana do Governo Bush, Condoleezza Rice, expressiu, em artigo recente, quando já não era Secretária de Estado, posição similar, embora sem a pretensão de criar um novo modelo analítico.

Na visão de Condoleezza Rice, muitas das crises que marcam a realidade contemporânea devem-se antes à retração do que à projeção do poder dos Estados Unidos.

As observações de Mead e de Rice contêm, certamente, pontos válidos, que a crise no Oriente Médio ilustra amplamente.

No caso do Oriente Médio, entretanto, pode-se argumentar que a origem e o desenvolvimento de movimentos como o ISIS ou ISIL tenham mais a ver com o exercício unilateral do poder no início do século do que com o recuo de anos recentes.

No caso da Ucrânia e da Geórgia, que assistiram a crises importantes – e continuam a assistir, no caso da primeira –, não seria correto falar em desengajamento.

Na verdade, o contrário tem ocorrido.

O pressuposto comum a essas duas visões, e a outras similares, é a ideia de que a unipolaridade é uma fonte de estabilidade.

A ideia de que a alta concentração do poder seja conducente a uma ordem global estável é, contudo, questionável.

Contraria, por exemplo, os ensinamentos do grande filósofo do século XVIII, David Hume.

Peço licença para uma citação de cunho acadêmico, que não creio despropositada, já que estamos em um centro de aprendizado e reflexão.

Hume captou bem o problema inerente à concentração de poder em seu Ensaio “*on the Balance of Power*”.

Segundo ele, o “objetivo da política moderna” – falando do século XVIII, naturalmente – é a preservação de um equilíbrio de poder no sistema de Estados.

Em suas palavras, [cito] “a máxima de se preservar a balança de poder está (...) fundamentada no senso comum e no raciocínio óbvio”.

Hume se valia do historiador grego Políbio.

De acordo com Políbio, [cito] “nenhuma potência deveria ser capaz de executar, sem resistência ou oposição, qualquer propósito ou empreendimento (...) Pois em circunstância alguma (...) tamanho poder deve ser acumulado em uma só mão, a ponto de incapacitar os Estados vizinhos de defenderem seus direitos contra quaisquer abusos”. [Fim da citação]

A assimetria de poder era o fator que, segundo o trecho mencionado por Hume, levava à busca de “qualquer propósito ou empreendimento” e, portanto, criava instabilidade.

Embora já não vivamos na Europa do século XVIII, o mundo atual, com o surgimento de vários polos de poder, não deixa de guardar algumas semelhanças com aquele que serviu de modelo para a análise de Hume.

Em linguagem atual, chamaríamos a realização de “qualquer propósito ou empreendimento” de uma ação unilateral.

O unilateralismo, ainda que revestido de considerações éticas, significa a ação orientada, em última instância, pelas preferências individuais de um ator.

O conceito oposto, de multilateralismo, pressupõe que os interesses de cada ator estejam condicionados pelos princípios que regem o sistema internacional.

Com razão, Hume afirmava que a concentração de poder em um único país apresenta sério risco para a autonomia dos demais países e, neste sentido, para a paz.

A unipolaridade representa um estímulo ao unilateralismo.

Dessa forma, constitui uma fonte de instabilidade, ao contrário do que dizem, ou pretendem dizer, aqueles teóricos que citei no início.

Alguns exemplos recentes ilustram a atualidade da discussão empreendida por David Hume no século XVIII.

Um deles é a invasão unilateral do Iraque em 2003, à revelia do sistema de segurança coletiva das Nações Unidas.

O Brasil condenou aquele ataque armado por crer que as possibilidades de solução pacífica ainda não se haviam esgotado, ao mesmo tempo em que viu no desrespeito às normas multilaterais uma ameaça à estabilidade internacional.

E, na realidade, os dois motivos apontados para a invasão do Iraque – a existência de armas de destruição em massa e o apoio ao terrorismo – não se confirmaram.

Pelo contrário, o terrorismo passou a grassar depois desse ataque.

O que ninguém podia prever, àquela época, é que à queda de Saddam Hussein se seguisse a situação caótica que vemos hoje, com a proliferação de movimentos terroristas e o risco, muito presente, de fragmentação do Estado iraquiano.

A derrubada do regime ditatorial de Saddam Hussein foi acompanhada, pelos países que a empreenderam, da expectativa do surgimento espontâneo, ou induzido, de movimentos democráticos no Iraque.

Entretanto, as dificuldades para uma transição democrática naquele país, sobretudo em decorrência de uma intervenção militar estrangeira, recomendavam abordagem mais cautelosa.

No início da Primavera Árabe, em 2011, houve, também, muita esperança de que os países da região pudessem seguir um caminho de transição pacífica em direção à democracia.

Era considerável o interesse de países como o Egito na experiência latino-americana em transições democráticas.

Eu mesmo fui convidado – na época não era Ministro – a participar de uma mesa redonda, em que estavam, entre outros, a então ex-Presidenta, e agora novamente Presidenta do Chile, Michelle Bachelet, sobre a experiência sul-americana de transição democrática.

Recordo-me haver dito, naquela ocasião, que “lições não podem ser ensinadas, mas podem ser aprendidas”.

Infelizmente, não é esse o rumo que os acontecimentos têm tomado até aqui.

Obviamente, não me cabe comentar situações movidas pela dinâmica interna de cada país, mesmo quando essa dinâmica sofre influência de outras potências, como tem sido o caso, mais evidentemente, na Síria.

Mas não é descabido lembrar que a intervenção militar provocou situação igualmente dramática na Líbia – onde, aliás, a nossa Embaixada acaba de evacuar seus funcionários, como fizeram muitos outros países, como os Estados Unidos e o Reino Unido.

A ação da aliança atlântica no conflito interno daquele país extrapolou o mandato multilateral conferido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, que dispunha

sobre a criação de uma zona de exclusão aérea, com o objetivo de proteger a população civil, e avocou-se a missão de derrubar o regime de Muamar Gadafi.

O que se seguiu foi um vertiginoso processo de deterioração política, que continua até hoje.

Criou-se mais instabilidade, sem garantir a paz ou a democracia.

Os aspectos trágicos desse processo não pouparam sequer o então Embaixador norte-americano no país.

Eu estava na Guiana quando tomei conhecimento daquela morte trágica, em Benghazi, de um homem, ele próprio, voltado para a conciliação e a paz.

A instabilidade no Norte da África prolongou-se para o Mali, país que se insere na mesma região de um parceiro do Brasil no Atlântico Sul e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a Guiné Bissau.

Isto é, para nós, um fator de preocupação.

E é um fator que traz à mente as considerações sobre geopolítica.

A concentração do poder mundial também se expressou na expansão de alianças militares desde o fim da Guerra Fria.

É um fato digno de menção que o pai da doutrina de contenção (“*containment*”) da União Soviética – a doutrina dominante nos Estados Unidos durante a Guerra Fria –, o renomado pensador e diplomata norte-americano George Kennan, tenha advertido, já no fim de sua vida, sobre os riscos da incorporação de novos membros pela OTAN no antigo espaço do Pacto de Varsóvia e, com mais razão, no espaço da antiga União Soviética.

Kennan escreveu, em artigo de 1997, que esse tipo de decisão seria um “erro” de grandes proporções para a política externa norte-americana, pois, segundo ele, [cito] “se pode esperar que inflame tendências nacionalistas, anti-ocidentais e militaristas (...), e restaure a atmosfera da Guerra Fria nas relações Leste-Oeste”. [fim da citação]

Se em relação aos países do Pacto de Varsóvia o problema não foi tão grave, seguramente com relação aos países da antiga União Soviética sim, essa política tem sido uma fonte de conflito.

Essa advertência tornou-se especialmente válida diante da atual instabilidade que se vê na região.

Casos como o do Iraque, da Líbia e da Ucrânia sublinham a importância do respeito às regras multilaterais que regem o uso da força entre os países.

A subordinação da força ao direito é o fator central de estabilidade no sistema internacional.

A preservação da credibilidade do Conselho de Segurança da ONU é um objetivo estratégico para países como o Brasil.

Na linha do ensinamento de Hume, uma distribuição equilibrada do poder mundial é mais conducente ao respeito às regras jurídicas do sistema internacional.

Multipolaridade e multilateralismo não são, evidentemente, sinônimos.

A primeira diz respeito à distribuição de poder, um fato, enquanto a segunda expressa o acatamento de normas internacionais, o domínio do dever ser.

Mas estamos convencidos de que a multipolaridade favorece o multilateralismo, ainda que não seja uma garantia absoluta de que este prevalecerá.

Na visão do Brasil, o multilateralismo será reforçado pela emergência de um mundo multipolar, e ajudará a estabilizá-lo.

Este é um acréscimo à visão de David Hume, decorrente das mudanças dos últimos séculos.

Essa diretriz – de um multilateralismo apoiado na multipolaridade – informa nossa visão do mundo em transição das primeiras décadas do século XXI.

Por essa razão, entre outras, iniciativas como a do BRICS e do IBAS (que reúne Índia, Brasil, África do Sul) têm sido promovidas.

Trata-se, para além dos ganhos econômicos, de criar uma ordem mundial mais equilibrada, propícia à paz e ao desenvolvimento autônomo dos países.

É importante ressaltar, porém, que tanto no caso do BRICS como no do IBAS, não se trata de “alianças” excludentes, que impeçam a nossa cooperação com parceiros tradicionais do mundo desenvolvido.

Na área de Defesa, valorizamos nossa relação com os Estados Unidos e com a Europa Ocidental – e também com o Japão – que continuam a ser fontes importantes de suprimento, de tecnologia e de bens.

Mas até para que as nossas demandas sejam atendidas de modo adequado, com real acesso a tecnologias avançadas, a existência de alternativas, propiciadas pela diversificação de parcerias, é indispensável.

Dessa forma, nossos objetivos nacionais de desenvolvimento autônomo se casam com a visão de um mundo mais estável e pacífico, regido por normas multilaterais, cujo suporte é dado por uma configuração multilateral do poder.

No Brasil, política externa e política de defesa estão empenhadas na construção de um mundo multipolar regido pelo multilateralismo.

A estreita coordenação entre essas duas áreas está sob o signo de uma Grande Estratégia, cujos objetivos são defender o interesse nacional e prover a paz.

O Brasil é um país pacífico e sem pendências territoriais com seus vizinhos.

A integração sul-americana e a diversificação de nossas parcerias no mundo são objetivos centrais da política externa brasileira, que naturalmente se refletem na nossa estratégia de Defesa.

A América do Sul é o ponto de partida de nossa presença no mundo.

A forma como evoluiu a relação entre o Brasil e a Argentina é um exemplo que ilustra como a integração sul-americana contribui para a paz e a estabilidade.

A partir da redemocratização de nossos países, nos anos 1980, implementamos uma ambiciosa agenda de paz e de desenvolvimento.

Um dos marcos desse processo foi a construção de um regime de controle das atividades nucleares, que pôs termo a suspeitas e tornou-se um acordo exemplar de construção de confiança.

É muito importante notar que o acordo para contabilizar o controle do material nuclear entre Brasil e Argentina não decorreu de nenhuma imposição externa.

Decorreu da consciência de que esta medida era importante para a confiança entre os dois países.

Desde então, Brasil, Argentina e seus vizinhos mais próximos – inicialmente Uruguai e Paraguai, e depois a Venezuela – decidiram aprofundar essa agenda da paz e desenvolvimento por meio da integração econômica.

O resultado foi a criação do Mercosul, união aduaneira hoje composta pelo Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Esperamos que o Mercosul também possa incluir, em futuro próximo, outros países como a Bolívia e o Equador.

Evidentemente, gostaríamos que o Mercosul incluísse todos os países da América do Sul, mas sabemos que por razões técnicas, países que já detêm acordos de livre comércio com países de fora da região podem associar-se ao Mercosul, mas não podem ser membros plenos da União Aduaneira.

Este nível – o da união aduaneira – é o mais profundo no processo da integração econômica sul-americana.

O segundo nível é o da concertação e da cooperação.

A Unasul é o espaço político em que se reúnem todos os países da América do Sul.

Sua criação expressou a vontade coletiva das nações sul-americanas de assumirem as rédeas de seus destinos, criando uma organização capaz de equacionar os desafios regionais e de afastar a interferência externa em nossos assuntos.

Em seus seis anos de vida, a Unasul já deu repetidas mostras do imenso valor que tem como mecanismo de estabilização interna e externa dos países sul-americanos.

Mais tarde vou me referir ao Conselho de Defesa Sul-Americano, que é parte da Unasul.

Um terceiro nível de associação é o da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos, a Celac, que teve origem em uma reunião convocada pelo Brasil, em 2008.

Era a primeira vez que os Chefes de Estado e de Governo dos países da América Latina e do Caribe, em muitos casos com 200 anos de independência, se reuniam sem nenhum tipo de tutela externa.

Por meio da Celac, a América do Sul reforça laços de cooperação com a região mais ampla, que envolve a América Central (aí incluído o México) e o Caribe.

As boas relações do Brasil na América do Sul e na América Latina e Caribe são indispensáveis para a realização da vocação universalista do nosso país.

O Brasil tem uma abertura natural a outros continentes, outros povos e outras culturas.

Vou mencionar, também, adiante, a África Ocidental e o Atlântico Sul, no contexto do que consideramos como nosso “entorno estratégico”.

Um dos símbolos do trabalho conjunto pela reforma da ordem global é o Foro de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul, o IBAS criado em 2003.

Por meio do IBAS, três grandes democracias em desenvolvimento do chamado “Sul Global” cooperam entre si nos mais diversos campos, do comércio aos programas sociais, da cultura à ciência e tecnologia.

Até na área de Defesa, temos desenvolvido ações conjuntas, como os exercícios navais chamados IBSAMAR.

Desejamos estender essa experiência às forças de Terra e do Ar.

Os países do IBAS coordenam-se, também, no pleito pela reforma de instituições de governança global, especialmente o Conselho de Segurança das Nações Unidas, cuja composição e métodos de trabalho necessitam ser revistos e revigorados.

Ao mesmo tempo, os países do IBAS têm cooperado em favor de países mais pobres e vulneráveis, como a Palestina, a Guiné Bissau e o Haiti.

Outro agrupamento representativo do empenho pela criação de um mundo multipolar é o agrupamento BRICS, criado em 2008, ano em que ocorreu, em Ecatimburgo, na Rússia, a primeira reunião ministerial entre Brasil, Rússia, Índia e China (a África do Sul só se juntaria mais tarde).

Até então, os BRICS formavam apenas uma realidade virtual, identificada pelo famoso economista Jim O’neill, do *Goldman Sachs*.

Naturalmente, pela presença da Rússia e, sobretudo da China – a segunda maior economia do mundo –, os BRICS captam maior atenção da mídia.

Os BRICS também se associam no pleito pela reforma da governança global, sobretudo nas áreas econômica e financeira.

Em sua última cúpula, um mês atrás, em Fortaleza, os BRICS apresentaram um legado material, que é o Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas.

Nada mais significativo do que o fato de a própria Diretora-Gerente do FMI, Christine Lagarde, ter escrito uma carta para a nossa Presidenta dizendo que o FMI estava pronto e desejoso de cooperar com o fundo contingente de reservas.

Isso demonstra claramente que a iniciativa não é uma iniciativa de confrontação, mas uma iniciativa de criação de alternativas.

Em uma demonstração de que a integração sul-americana e a diversificação de parcerias são objetivos que se reforçam mutuamente, a última cúpula dos BRICS também contou com um segmento BRICS-Unasul.

Acho isso extremamente importante para demonstrar que, na criação dessas novas parcerias, o Brasil não quer abandonar seus parceiros da América do Sul.

Pelo contrário, quer cooperar para que esses parceiros também façam parte dessa busca de alternativas na ordem global.

Na mesma linha, houve uma reunião entre a China e os membros da troika da Celac.

A contraparte de uma política externa independente é uma política de defesa robusta.

A política de defesa do Brasil assenta-se em uma dupla estratégia: a cooperação e a dissuasão.

Sempre tenho afirmado que um país pacífico não é um país indefeso.

Isso vale, também, para o entorno regional.

Para a política de defesa, a América do Sul – estendendo-se para outros países da América Latina e Caribe –, o Atlântico Sul e a orla ocidental da África são áreas prioritárias de cooperação.

Este é o nosso entorno estratégico, e nele desejamos construir um cinturão de boa vontade, por meio de relações bilaterais e de iniciativas trilaterais ou multilaterais.

Na América do Sul, o Conselho de Defesa Sul-americano é o principal foro de articulação.

Seus objetivos são a construção de confiança entre as forças armadas sul-americanas, a promoção da transparência e o desenvolvimento de uma identidade sul-americana em Defesa.

A existência do CDS tem contribuído para mitigar tensões.

É um apoio importante – diria mesmo indispensável – para os entendimentos político-diplomáticos.

A identidade sul-americana foi impulsionada com a criação, ainda em processo, de uma Escola Sul-americana de Defesa, instituição descentralizada, composta por cursos e centros de pesquisa no Rio de Janeiro – na Escola Superior de Guerra –, em Buenos Aires – no Centro de Estudos Estratégicos – e potencialmente em outros países da região, além da sede administrativa em Quito.

Desejamos desenvolver uma visão comum de nossos desafios – por exemplo na defesa dos recursos naturais –, sem perder de vista as singularidades e peculiaridades de cada um dos nossos países.

Por isso mesmo, valorizamos o respeito à pluralidade, que tem sido uma característica da América do Sul.

Essa visão corresponde à formação de uma comunidade de paz e segurança sul-americana, isto é, uma comunidade de nações entre cujos membros a guerra é inconcebível como instrumento de mudança.

Esse conceito foi defendido, por exemplo, por Karl Deutsch, referindo-se, no caso, à relação entre os Estados Unidos e o Canadá.

É isso que queremos construir na América do Sul: uma comunidade de paz e segurança, em que a guerra seja inconcebível.

A criação de uma base industrial de defesa na América do Sul é outro pilar do CDS e da própria Unasul.

Para o Brasil, não se trata simplesmente de comerciar produtos de defesa.

Compreendemos que uma base industrial regional é um fator importante para que nossos projetos tenham a escala adequada.

Participamos com satisfação do projeto Unasur I, que desenvolve uma aeronave militar de treinamento sul-americana – um projeto originalmente argentino.

Trabalhamos com vistas ao desenvolvimento de uma aeronave não tripulada que atenda às necessidades dos países da América do Sul.

Todos esses projetos têm sido aprovados no CDS.

Mesmo fora do marco do CDS, temos incentivado a cooperação bilateral ou trilateral entre os países sul-americanos.

São exemplos disso a participação da Argentina – e potencialmente da Colômbia – no desenvolvimento e produção do avião de transporte e reabastecimento, originalmente concebido pela EMBRAER, o KC-390; e o navio-patrolha para os rios amazônicos, cujo projeto inicial foi feito pelo Brasil e pela Colômbia, e que poderá ter outros países associados à sua produção (aparentemente o Peru estaria interessado).

Nesse campo, gostaria de citar o fato de que o Exército Brasileiro e a Marinha do Brasil adquiriram lanchas de patrulhamento colombianas.

Isso é uma demonstração de que nosso objetivo não é apenas vender.

Todo comércio e toda cooperação devem ser uma via de mão dupla, naturalmente, de acordo com as capacidades de cada um.

Essa compreensão é essencial se quisermos desenvolver uma verdadeira indústria de defesa sul-americana.

As possibilidades são muitas também em relação à produção de veículos blindados e outros tipos de navios-patrolha.

Exercícios conjuntos com nossos vizinhos, envolvendo cada uma das três Forças, que já se realizavam e que têm se desenvolvido muito atualmente, continuam a contribuir para o espírito de integração na área de Defesa.

No Atlântico Sul, o Brasil, a Argentina e o Uruguai ligam-se a seus vizinhos de além-mar, na África ocidental, para trabalhar por um oceano livre de armas nucleares e de rivalidades que lhe são estranhas.

Esse é o propósito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, a Zopacas, que tem servido para estreitar cada vez mais os contatos e a colaboração entre as marinhas sul-americanas e africanas.

Um exemplo dessa cooperação foi o seminário sobre vigilância marítima realizado recentemente em Salvador, na Bahia, que contou com a presença de todos os países membros da ZOPACAS (com a única exceção da Guiné Bissau antes das recentes eleições).

Temos também acompanhado com atenção os temas afetos à segurança no Golfo da Guiné e temos participado de reuniões voltadas para o combate à pirataria e outros ilícitos naquela região.

Bilateralmente, o Brasil tem promovido uma série de iniciativas com seus parceiros africanos.

Destaco a cooperação naval para a formação da Guarda Costeira de Cabo Verde, nos moldes de nossa bem sucedida experiência com a formação da Marinha da Namíbia.

Com Angola – onde esteve recentemente o General Menandro, que se ocupa da área estratégica e internacional no Estado-Maior Conjunto –, temos um amplo programa de cooperação para o lançamento da indústria de defesa angolana, envolvendo as três Forças, e também em áreas como a de saúde militar.

Amanhã receberei, em Brasília, o Ministro da Defesa angolano.

É interessante também notar que na última sexta-feira recebi, em uma visita de cortesia, o Comandante das Forças Militares da Tanzânia.

Isso demonstra o potencial de cooperação com os países da África, para além do Atlântico Sul.

Obviamente, a cooperação em defesa vai além do nosso entorno estratégico.

Dentro do princípio de diversificação de parcerias, é indispensável buscar sócios para projetos de defesa, tanto no mundo desenvolvido quanto no mundo em desenvolvimento.

Exemplos disso são nossa colaboração com a África do Sul na área de mísseis; com a Índia na área de aeronaves munidas de radares do tipo AEW; com a Rússia no que toca a defesa antiaérea; com a França na área de submarinos, inclusive de propulsão nuclear; com a China, em matéria de dados de satélites; e com a Suécia no que diz respeito a modernas aeronaves de combate.

Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha seguem sendo fornecedores importantes de equipamentos e tecnologia militar.

Em todos esses casos, como mencionei antes “*en passant*”, a produção no Brasil e a absorção de tecnologia, inclusive o acesso aos códigos-fonte, são aspectos fundamentais para a aprovação dos respectivos projetos.

Orgulhamo-nos do fato de que o Brasil é um país pacífico.

Mas sabemos que a paz tem que ser sustentada, e estamos dispostos a assumir as responsabilidades que nos cabem.

Acreditamos que, além da defesa de nossos interesses, a Grande Estratégia brasileira também deve ajudar a *prover* a paz.

Em outras palavras, ser pacífico não é um conceito meramente passivo.

É um conceito ativo.

É esse o sentido de nossa presença no Haiti, com o maior contingente da missão de paz da ONU e exercendo seu comando militar.

Lá temos um grande contingente do Exército, a presença de Fuzileiros Navais e da Infantaria da Aeronáutica.

A Minustah completou neste ano uma década, e tem beneficiado o Haiti com sua presença estabilizadora.

Mas é evidente que, tanto do ponto de vista dos países fornecedores de tropas quanto do povo do Haiti, essa presença não pode eternizar-se.

Por isso, o Brasil favorece uma redução progressiva dos efetivos da Minustah, à medida que a Polícia Nacional haitiana assuma a responsabilidade pela segurança do país.

Isso não significa “desengajamento” com o Haiti.

Continuaremos a cooperar com aquela nação irmã, inclusive no que diz respeito à formação de um corpo de Engenharia Militar.

Já estamos desenvolvendo um projeto com esse objetivo.

O Brasil também está presente no Líbano, onde uma fragata brasileira é a nau capitânea da força tarefa naval da missão da ONU (a Unifil).

Um almirante brasileiro exerce o comando dessa força.

Cito também, neste contexto, o trabalho desempenhado com grande sucesso pelo General Santos Cruz como *Force Commander* da operação de paz das Nações Unidas no Congo, a Monusco, a maior e mais robusta das forças de paz da ONU.

Todos esses são exemplos de cooperação.

A outra dimensão da estratégia de defesa brasileira é a dissuasão.

A dissuasão corresponde à posse de adequadas capacidades, com o objetivo de desincentivar ameaças ou agressões à soberania brasileira por parte de forças hostis provenientes de qualquer quadrante do globo.

Evidentemente, a dissuasão supõe o desenvolvimento de capacidades industriais e tecnológicas adequadas para não estarmos excessivamente dependentes de fornecimento estrangeiro.

A dissuasão atende aos nossos interesses também pela ótica de conflitos entre terceiras partes que eventualmente nos possam afetar.

Esperamos que esta seja uma hipótese remota, que nunca se concretize, mas não podemos esquecer que o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial principalmente em função de conflito entre terceiros países.

Em um mundo marcado pelo retorno da geopolítica, no qual os conflitos de diversa ordem surgem a todo instante, não se prevenir em relação a riscos e ameaças potenciais seria, no mínimo, imprudente.

E, ao ser imprudente em vez de contribuir para a paz, favoreceria o conflito.

Para evitar que esses riscos e ameaças se materializem é imperativo transmitir a outros atores, estatais ou não estatais, a percepção de que qualquer ação agressiva terá um alto custo.

É este, em essência, o significado da dissuasão, tal como definida, aliás, na Estratégia Nacional de Defesa.

A transição global a que assistimos supõe novas formas de cooperação entre os países.

Em um mundo complexo, caracterizado por incertezas, o engajamento de todos os atores capazes de contribuir para a paz será imprescindível, mas deverá respeitar

sempre a responsabilidade primária do Conselho de Segurança da ONU em temas relativos à Paz e à Segurança.

É por isso que desejamos reformar o Conselho de Segurança: para que ele se torne mais representativo e, com isso, mais legítimo e efetivo.

O multilateralismo, assentado na distribuição equilibrada do poder, seguirá constituindo a pedra de toque da estabilidade internacional e a diretriz básica de nossa Grande Estratégia.

Ao concluir, gostaria de dizer que haveria muitos outros aspectos que eu teria prazer em comentar aqui, como a relação entre a Defesa e a Sociedade; a relação entre a Defesa e o Sistema Político, em um quadro plenamente democrático; as outras tarefas às quais temos nos dedicado sempre que chamados, inclusive quando necessário de Garantia da Lei e da Ordem, mas sempre entendendo que a tarefa fundamental das Forças Armadas é a defesa do país.

No caso da nossa região, queremos fazer isso de forma cooperativa.

Tenho usado a ideia de uma dissuasão cooperativa, ou de uma cooperação dissuasória.

É uma maneira pela qual a América do Sul, e todo o nosso entorno geográfico, pode ser mantido livre das ameaças e dos conflitos que, infelizmente, continuam a ocorrer em outras partes do mundo.

Sejam todos bem vindos a essa instituição centenária do Exército Brasileiro, da qual muito nos orgulhamos e a esse meio agradável, em que a paz e a cooperação entre as nações são sempre exaltadas.

Muito obrigado.